



Anais da Assembléia

Nº 083

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE JULHO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 1991.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Benari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elcio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Távares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausente o Sr. Deputado Ovídio Constantino (01). Achando-se em licença os Srs. Deputados Algaci Túlio e Neivo Beraldin (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 31/91), que aprova um crédito

suplementar no valor de Cr\$ 473.057.000,00 (quatrocentos e setenta e três milhões e cinqüenta e sete mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21.12.90, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 249/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 31/91, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 473.057.000,00 (quatrocentos e setenta e três milhões e cinqüenta e sete mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, conforme anexo I, desta lei.

Conforme o art. 33 em seu § 3º, esta Comissão de Finanças analisou e entendeu que nada obsta a continuidade na transição do referido texto, opinando favoravelmente ao projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 36/91), que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzeiros), ao orçamento vigente da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21.12.90, destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, conforme Anexo I, desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 269/91

P A R E C E R:

Origina-se o plano de lei supra de Mensagem do Poder Executivo nº 36/91, objetivando a aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzeiros) ao

orçamento em vigor da Chefia do Poder Executivo, para o pagamento de pessoal e encargos sociais da Fundação Faculdade de Educação, Ciência e Letras de Paranavai.

Tendo recebido parecer já favorável da C.C.J., não vemos nada que obste sua normal tramitação pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 272/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 35/91), que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, para o desenvolvimento de produções artísticas a serem realizadas pela Fundação Teatro Guaíra, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 272/91

P A R E C E R:

Respeitada a competência regimental desta Comissão, não vemos nenhum óbice que possa impedir a legal tramitação deste projeto de lei, motivo pelo qual opinamos no sentido de que o mesmo seja levado à apreciação do douto Plenário, com urgência.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

Aprovado, artigo por artigo.

SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, apenas registrando o voto em contrário desse Parlamentar da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 274/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 44/91), que aprova um crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21.12.90, no valor de Cr\$ 7.831.781.000,00 (sete bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), para atender à programação da Secretaria no que refere à continuidade das ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1° grau no Estado, conforme Anexo I, desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

dade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 274/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, oriundo do Poder Executivo (Mensagem n° 44/91), objetiva aprovar um crédito suplementar a ser incorporado ao Orçamento da Secretaria de Estado da Educação (Lei n° 9494/90), no valor de Cr\$ 7.831.781.000,00 (sete bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), para atender à programação daquela Secretaria no que se refere à continuidade das ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1° Grau no Estado, conforme explicita o Anexo I desta Lei.

Sob o enfoque das especificações legais, nada há que de interponha à integral aprovação da matéria, em vista de que o parecer é plenamente favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 277/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 41/91), que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.751.262.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e um milhões, duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos orçamentos do Instituto de Previdência e Assistência do Estado do Paraná - IPE e do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 277/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 41/91, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.751.262.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e um milhões, duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos orçamentos do Instituto de Previdência e Assistência do Estado do Paraná - IPE, e do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, conforme especifica.

O referido projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão, nada há que impeça a normal tramitação deste pelos ór-

gãos desta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 278/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 40/91), que aprova um crédito suplementar aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21.12.90, no montante de Cr\$ 101.041.000,00 (cento e um milhões, quarenta e um mil cruzeiros), conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 278/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 278/91, oriundo da Mensagem Governamental n° 40/91, objetiva a aprovação de crédito suplementar aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, aprovados pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, no montante de Cr\$ 101.042.000,00 (cento e um milhões e quarenta e dois mil cruzeiros), o qual custeará a programação das entidades em anexo especificada.

Analizada em seu aspecto justo-constitucional, a CCJ desta augusta Casa de Leis, nada encontrou que impedisse o seu trâmite normal.

Submetida à apreciação da Comissão de Finanças, conforme determina o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, em seu § 3°, art. 33, somos de parecer favorável à aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, inicialmente quero aproveitar e justificar a Vossa Excelência a ausência do Deputado Ovídio, da Bancada dos Trabalhadores, que se encontra hoje na cidade de Francisco Beltrão.

Nessa cidade hoje se realiza uma manifestação de apoio e solidariedade dos trabalhadores rurais do Estado do Paraná, com o movimento dos trabalhadores do Instituto de Terras, Fundação e Instituto Agrônômico do Paraná.

O Deputado Ovídio está nessa manifestação que, inclusive hoje, recolhe fundos e alimentos dos produtores rurais, dos trabalhadores rurais, para sustentar o trabalho, para sustentar a família dos funcionários do ITCF, que hoje sofre os efeitos da política de fome impetrada pelo Governador Roberto Requião.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos manifestar a nossa estranheza pelo fato de que esse Governo envia uma mensagem aumentando e destinando recursos para pagamento de diárias a servidores do ITCF, envia essa mensagem para pagamento de combustível, etc, ao mesmo tempo em que corta o salário de servidores que vivem hoje níveis de pobreza absoluta da própria Instituição.

Então, nesse sentido, nós queríamos registrar aqui o nosso protesto em relação às atitudes do Governo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Os Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 279/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 39/91), que reajusta em 66% a tabela de salários dos servidores da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 279/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 39/91, objetiva reajustar em 66% (sessenta e seis por cento) a tabela de salários dos servidores da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
MÁRIO BEZERRA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 37/91), que cria na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, dois cargos de provimento em comissão com a denominação de Assessor, símbolo DAS-5, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 78, de 26.06.91, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 270/91

P A R E C E R:

Que submetida a proposição supra, oriunda da Mensagem do Poder Executivo n° 37/91, aos princípios regimentais, legais e constitucionais, nenhum motivo impeditivo ao normal trâmite da matéria, que versa o mesmo, encontramos.

Pelo que se constitui o nosso parecer em favorável à apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 28.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 271/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 34/91), que cria cargos no Quadro Próprio do Magistério, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 78, de 26.06.91, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 271/91

P A R E C E R:

Procedemos à análise do projeto de lei retro ementado, de autoria do Sr. Governador do Estado, encaminhado a este Legislativo, por intermédio da Mensagem n° 34/91, de 25 de junho fluente.

A matéria encontra-se em conformidade com o disposto no Art. 66, inciso I, da Constituição do Estado, que reserva à iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo.

Torna-se pertinente, entretanto, lembrar o disposto na mesma Carta Estadual que, no parágrafo único do art. 137, condiciona a criação de cargos bem como a administração de pessoal à existência de

prévia dotação orçamentária (inciso I) e de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (inciso II).

Não encontramos, entretanto, a preconizada autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício financeiro de 1991, tornando a propositura eivada de ilegalidade.

Considerando-se, por outro lado, a importância da matéria para o conjunto da sociedade paranaense, e o alcance de seus resultados, manifestamos nosso parecer favorável ao prosseguimento de sua tramitação e à soberana análise pelo egrégio plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 275/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 43/91), que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para atender à programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme Anexo I, desta lei. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 79, de 27.06.91, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 275/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n° 43/91, objetiva colher desta Assembléia Legislativa a devida autorização para a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para atender à programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme especifica nos Anexos I e II da proposta.

Procedida à análise constitucional, regimental e legal, bem como da técnica legislativa, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa da proposição.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do plano de lei em tela, estando a matéria em perfeita disposição de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa de leis.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 276/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 42/91), que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.807.000,00 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e sete mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 79, de 27.06.91, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 276/91

P A R E C E R:

Em analisando a proposição supra, oriunda da Mensagem Governamental n° 42/91, sob o ângulo da legalidade, constitucionalidade e regimentabilidade, nenhum óbice encontramos, que pudesse inviabilizar o normal trâmite da mesma.

Pelo que nosso parecer é favorável à apreciação em Plenário.

Sala das Sessões, em 28.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

O SR. ÉLIO RUSCH (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Idêntico projeto a este tivemos o prazer e o privilégio de participar, no dia de ontem, na cidade de São Miguel do Iguaçu, com um convênio celebrado entre a Itaipu Binacional e os doze municípios lindeiros do Lago de Itaipu.

Naquele momento, também se assinou um convênio correspondente a um milhão e quinhentos mil dólares, beneficiando, desta forma, os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, com a construção de microbacias, evitando o assoreamento do lago de Itaipu.

No momento que votamos este projeto, que é relacionado também ao meio ambiente, é justo que registremos este acontecimento de ontem, no Extremo-Oeste do Paraná, envolvendo a Itaipu Binacional e as prefeituras lindeiras ao Lago de Itaipu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.
Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 284/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 46/91), que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, para pagamento de professores muni-

cipais à disposição da Rede Estadual de Ensino, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 82, de 02.07.91, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 284/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 284/91, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n° 46/91, objetiva a aprovação a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, a ser utilizado no pagamento de professores municipais à disposição da Rede Estadual de Ensino, servindo como cobertura de tais recursos, cancelamento de dotações do BADEP e da AGE-SEFA.

Analisando-se os aspectos a que esta douta Comissão é chamada a opinar, temos que a proposição em tela atende as disposições constitucionais no tocante à iniciativa do processo legislativo, bem como às técnicas legislativa e orçamentária.

Face ao expendido, julgamos a matéria passível de tramitação por esta Assembléia Legislativa, opinando favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91

(aa) EMÍLIA BELINATI

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N° 45/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 82 de 02.07.91, Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 285/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem do Poder Executivo n° 45/91, objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo para atender despesas de manutenção, transferências a municípios, subvenções sociais e transporte aéreo, sendo os recursos para a cobertura da programação provenientes da Administração Geral do Estado - Recursos, sob a supervisão da

Secretaria da Fazenda, à qual é destinada a suplementação das demais e compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Examinando os aspectos a que esta douta Comissão é chamada a opinar, entendemos que a matéria encontra-se elencada entre as da competência privativa do Chefe do Poder Executivo e, portanto, não havendo óbices de natureza constitucional ou legal, damos nosso parecer favorável à tramitação da matéria, até sua posterior deliberação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.91.

(aa) EMÍLIA BELINATI

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 270, 271, 275, 276, 284, 285 e 215/91.

Levanta-se a sessão.

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA

ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de julho de hum mil novecentos e oitenta e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Senhor Deputado Severino Félix e os demais membros da Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei n.º 215/91. Na sequência, o Senhor Presidente solicita ao Senhor Relator que apresente o seu Parecer. Projeto de Lei n.º 215/91, oriundo da Mensagem Governamental n.º 25/91, Relator Deputado Antonio Costenaro Neto. Parecer Favorável. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 03.06.91.

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

RUBENS BREMER

Secretário